

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Ata da 4ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

 Reuniu-se aos 14 dias do mês de abril de dois mil e quatorze, às 09h horas, no salão do plenário Doutor Ricardo Alvarenga Trípoli, Rua Antônio de Godoy, número 122, sala 115, Santa Efigênia, o Conselho dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, biênio 2013-2015, para apreciar e deliberar sobre os seguintes temas constantes da pauta da convocação, a saber: 1-) Fortalecimento e Papel do Conselho nas Políticas Públicas para a Diversidade, 2-) Apresentação da Minuta do Plano de Enfrentamento a Homofobia e Promoção da Cidadania da População LGBT e 3-) Construção do Plano de Trabalho. A atividade teve início com exposição do conselheiro André Luzzi de Campos e do convidado Givanildo Manuel da Silva sobre participação e controle social das políticas pública. Foi realizada uma breve apresentação e pediu para que os presentes fizessem o mesmo e dissessem uma palavra que representasse a reunião. Falou-se sobre as características do Conselho, chamando a atenção para o que diz o decreto. Falou sobre material referente a conselhos, os quais se encontram no site do governo, sobre transparência. Informou-se ainda sobre a necessidade de participação de todos e para a conscientização do que os outros conselhos estão discutindo. André Luzzi apontou os desafios para a intersetorialidade e a apropriação de temas que tratam da diversidade, além de destacar a importância da organização e gestão internas como fundamentais e desafios institucionais. Expôs as diferentes instâncias e formas de participação, tais como a conferência, Lei de Acesso a Informação, lei 12.527/11, audiências públicas, Ministério Público e Defensoria Pública. Às 10 horas e 15 minutos, a convite do conselheiro Dário Neto, Givanildo agradeceu e saudou os presentes. Falou sinteticamente da história da construção dos conselhos, da tradição de um estado autoritário, do protagonismo do Estado de São Paulo e do referendo dado pela Constituição de 88. Em 2008 houve um ciclo de participação social para intentar o que se pretendia com os conselhos. Comentou sobre os conflitos com o poder público, da ideia de majoritariedade da sociedade civil em sua composição, da importância de se inverter a política de governo para uma política de estado com efeito fortalecer os conselhos. Houve uma proliferação destes em meados de 2000, sendo o da saúde um dos únicos efetivos. Um dos problemas é o fato dos conselhos serem consultivos e não deliberativos, também do esvaziamento destes. Considerou ainda, que o papel representado deve ser superado, além de ressaltar a importância decorrente da conferência. Após as explanações foi franqueada a palavra para quem quisesse comentar ou esclarecer alguma dúvida. O Conselheiro Dario Neto destacou a palavra da conselheira Maria de Fátima Nassif, que escolheu diálogo. Apontou para o equívoco da composição do Conselho e da necessidade do público trazer dados técnicos, deu o exemplo de não ter o que foi posto no plano estadual. Para garantir a participação da sociedade civil é necessário passar informações. Chamou a atenção para a responsabilidade de ser conselheiro e da importância de marcar os lugares. A sociedade civil está em desvantagem por não ter o conhecimento técnico dos políticos públicos. Fátima falou da importância de refletir sobre as funções e objetivos de um conselho. Questionou sobre como superar a diferença entre poder público e a sociedade civil e apontou a necessidade de se explicitar a informação que se quer, a desejável. Givanildo falou dos conselhos serem na atualidade conjunturais e não estruturais, o que para ele é negativo, pois deve ser pensado estruturalmente. A palavra foi passada para o Especialista de Políticas Públicas Eduardo Baider, da Secretaria de Governo, convidado para falar sobre processo de organização e construção do II Plano Estadual de combate à homofobia e promoção da cidadania LGBT realizado pelo Comitê Intersecretarial de Diversidade Sexual, vinculado à SJDC. Eduardo apresentou a metodologia adotada, os mecanismos para mensurar e avaliar o conteúdo do plano. Em seguida, fez consideração sobre a estrutura do 1º plano, que embora tenha logrado êxito, a proposta neste novo documento e ser mais objetivo para que sejam viabilizadas as suas ações. Expõe o referencial teórico adotado pelo Comitê Intersecretarial para consolidação das diretrizes e metas a partir das prioridades identificadas na conferência. Esclarece também que algumas propostas, no entanto, não cabiam à esfera estadual e por isso não foram contempladas no plano. O instrumental tem duas vertentes: Avaliação do conteúdo; Instrumental a ser utilizado, organizado por Categorias /insumo/processo/produto/resultado – tipologia para pensar as ações. Foi mostrado um modelo de instrumental para a construção do plano e falou do assessoramento da gestão pública às outras pastas por meio da mediação técnica para o preenchimento do instrumento e a negociação com a gestão de cada pasta. Por fim, falou-se do resultado e da estrutura do segundo plano, com 57 objetivos e 108 ações afetas as duas secretarias, frisando que o plano é palpável, devendo ser instituído por decreto do governador. Em seguida, foi aberta a palavra para discussão e considerações. A Conselheira Heloísa Alves diz que desde o final da conferência foi compilado o que coubesse a cada pasta. O comitê intersecretarial demorou por volta de um ano e meio tendo como compromisso a objetividade do plano. Acrescentou ainda que o plano já esta na Casa Civil passando por etapas para a assinatura. A conselheira Márcia Balades cobrou agilidade e disse que devem ser definidos os responsáveis e os prazos para o planejamento e acompanhamentos periódicos sobre as ações. Deu um exemplo de ação de atendimento às lésbicas no consultório ginecológico, o qual foi aprovado em conferência e não foi implantado até hoje. O conselheiro André Luzzi reforça que o plano é de atendimento universal e que a definição de política pública à população LGBT é um desafio colocado, além de quais são os serviços e órgãos setoriais que constroem tais políticas. Dario Neto afirmou que é necessário documento decretado por conta da mudança de gestão. Acrescenta que o conselho é um canal entre o governo e a sociedade civil, que as políticas demandadas por vários setores da população LGBT não são executadas e suas justificativas devem ser colocadas para a sociedade civil, além de como isso deve ser feito e como se traduz. Ressaltou que como tudo é recente deve ser traduzida a linguagem e a angústia da sociedade civil, esse é o papel do Conselho: pensar instrumentais para monitorar e informar a sociedade civil. Heloisa Alves informa que falou duas vezes pessoalmente com o governador e após a solicitação da casa civil referente ao plano. Crê que o Conselho deve pedir através de um oficio a aprovação do plano, reforçando sua a importância. Pediu a apreciação dos membros. André Luzzi pondera que deve ser pensado como após a aprovação vai ser feito com o plano e a analise pela sociedade civil para aquilo que não foi feito. Outro ponto é verificar o que a iniciativa privada vai fazer com o plano e o papel do Conselho é difundi-lo na comunidade. Dario Neto rebateu e frisou ser importante que o governo diga por que tal política pública não foi realizada, que é uma prestação de contas do governo e deve ser feita. Em sua opinião essa medida vai fazer com que a sociedade civil se aprimore em sua cobrança e em suas demandas, permitindo que o diálogo se estabeleça. Disse ainda que não vai ser “divulgador” do poder público. A Conselheira Márcia Giovanetti disse que talvez tenha o momento certo para se cobrar e cita a conferência como exemplo. Diz também que para o período de execução é preciso ser mais propositivo e buscar estratégias para chamar outros parceiros. A conselheira Alessandra Acedo afirmou que o plano também é da sociedade civil e esta deve se apropriar. O Conselheiro Wemerson Azevedo Lima falou que deve ser pensada a criação de uma comissão dentro do conselho para monitoramento das ações previstas no plano. André Luzzi chama atenção sobre a importância do planejamento e de sua estrutura com as propostas de representação do Conselho e as ações de visibilidade. A segunda parte da reunião tem início às13 horas e 30 minutos após intervalo de almoço. É apresentada a metodologia do planejamento e sugestões de produtos de atividade obrigatória. Após a leitura, é recomendada a escolha de responsáveis e prazos. Foi disponibilizada planilha para facilitar o preenchimento pelas pessoas presentes. Para assegurar a previsão regimental, os convidados e ouvintes são informados de que podem se manifestar, mas que em votações apenas os titulares, ou em sua ausência, os suplentes podem votar. Encaminhamentos: Passou-se para discussão das propostas e preenchimento das planilhas organizadas em “Atividades obrigatórias”, “Ações estratégicas” e “Ações de Visibilidade e Representação”, determinando os responsáveis e os prazos de cada item do plano de trabalho. Após a plenária será feita ajustes no documento e correções gramaticais e, em seguida, deverá ser enviado para a Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual, vinculada à SJDC conforme previsto em Decreto de criação do Conselho. Não tendo mais nada a tratar, às 16h46 min é finalizada a reunião plenária pelo Presidente e eu Eduardo Dias de Souza Ferreira lavrei esta Ata, que segue para coleta de assinatura e publicação em Diário Oficial.

 São Paulo, 14 de abril de 2014.

CÁSSIO RODRIGO DE OLIVEIRA SILVA

PRESIDENTE